

MOBILIDADE HUMANA INTERNACIONAL EM NÍVEL LOCAL: RECONHECER/AVALIAR A PARTIR DE UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA EXPERIMENTAL

Duval Fernandes ¹[0000-0003-2448-8277]

Maria da Consolação Gomes de Castro ¹[0009-0003-9268-6715]

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)
duval@pucminas.br, consolacastro@gmail.com

Resumo. O conhecimento do volume, da origem e destino dos imigrantes é um dos maiores desafios na área da migração internacional. No caso do Brasil a não inclusão no Censo de 2022 de questões relativas à emigração deixa uma grande lacuna nos estudos da emigração internacional no país. Por outro lado, considerando a dinâmica do processo, as mudanças em períodos intercensitários podem ser mais frequentes do que aquelas apontadas pelos censos, tendo em vista a própria dinâmica do processo migratório. Visando contribuir na discussão para a criação de mecanismos que possam tratar da emigração no país é proposta uma metodologia de levantamento de informações junto a autoridades municipais buscando identificar o volume e o país de destino dos emigrantes. A proposta piloto aplicada, no estado de Minas Gerais, permitiu avaliar o movimento recente de imigrantes, emigrantes, retornados e deportados. Os resultados indicaram que Portugal é o segundo país de importância tanto no caso dos emigrantes como na situação dos retornados.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Metodologia de coleta de informações. Imigração. Emigração. Retorno.

Introdução

A nova Lei de Migração brasileira, Lei 13.445/2017, de certa forma regulamentou os preceitos constitucionais que estendem aos imigrantes os mesmos direitos sociais garantidos aos brasileiros, no campo da educação, da saúde e da assistência social. Direitos esses que, em parte, são supridos pelas administrações municipais, em parcerias com os governos estaduais e federal.

Na esfera municipal, além da imigração que transforma o cotidiano da cidade, há, principalmente no estado de Minas Gerais, um importante fluxo de emigrantes e retornados. Esse fluxo de saída tem especial impacto nas cidades via as remessas de divisas e outras situações que afetam o dia-a-dia das famílias. No entanto, a obtenção de informações sobre a migração internacional é um caminho pleno de obstáculos que, se considerado em nível local, são quase intransponíveis.

O Censo Demográfico apresenta várias questões que permitem estimar alguns aspectos da migração internacional em nível municipal. Por exemplo, o número de imigrantes em um determinado momento do tempo, data fixa, ou nos últimos dez anos. Com esses dados, associados a outras informações, ainda é possível identificar a migração de retorno. Em alguns censos, como no caso do Censo Demográfico brasileiro de 2010, é possível obter uma estimativa da emigração internacional, quando questões relativas a esse movimento são colocadas para os respondentes, usualmente no questionário do universo (não amostra).

As avaliações da qualidade dessas informações no censo de 2010, principalmente dos dados sobre a emigração, indicam que o volume (nível) tende a uma subestimação, mas que a sua distribuição, principalmente a espacial, indica um padrão consistente. (FERNANDES, CASTRO, 2013).

Outras fontes, registros administrativos, por exemplo, também permitem obter informações em nível local sobre a migração internacional. No entanto, esses dados são coletados para auxiliar no desempenho das funções dos órgãos públicos que os coleta. Assim, na Polícia Federal os registros de estrangeiros podem indicar o número e algumas das características dos imigrantes internacionais, com status migratório regular nos municípios, mas não são disponibilizadas as informações sobre os brasileiros que partem. Há ainda a possibilidade de se utilizar as informações do Censo Escolar, mas nesse caso, os dados são restritos àqueles que estão matriculados em escolas públicas e privadas e a identificação de outro movimento além da imigração, como o retorno é praticamente impossível. Além dessas fontes, poderiam ser listadas o Cadastro Único da Assistência Social (CadÚnico) e os registros do Sistema Único de Saúde (SUS) que, também apresentam limitações de acesso e análise.

Vale destacar que uma característica desses registros é que são criados para atender públicos específicos e não permitem obter uma visão ampla do fenômeno. Por outro lado, quando se trata da emigração não há nenhum registro de fácil acesso que permita, pelo menos, estimar o volume de saídas do país e o município de origem. E, no caso brasileiro, a situação fica ainda mais crítica uma vez que, o Censo Demográfico de 2022, não incorporou as questões relativas à emigração presentes no levantamento de 2010.

Como forma de contribuir na discussão de construção de mecanismos que possam contornar a falta de informações sobre o processo da mobilidade humana internacional, no âmbito municipal, se propõe desenvolver uma metodologia que permita levantar os dados diretamente junto à administração municipal e, ao mesmo tempo, obter uma sinalização dos gestores públicos sobre a percepção do fluxo migratório no município.

Para testar essa proposta metodológica optou-se por considerar os municípios no estado de Minas Gerais, estado que tem por tradição contemplar fluxo de entradas (imigrantes/retornados) e saídas (emigrantes) internacionais.

Segundo o Observatório das Migrações de São Paulo, no período de 2000 a 2020, em Minas Gerais, estavam registrados no Ministério da Justiça 58.638 imigrantes, distribuídos em 631 dos 853 municípios mineiros, ou seja 73,9% dos municípios possuem, pelo menos, uma pessoa de outra nacionalidade residindo na cidade. Ao se considerar a emigração, com base nos dados do Censo de 2010, observa-se que o fenômeno foi constatado em 681 dos 853 municípios mineiros perfazendo 79,8% do total.

Para a realização do levantamento decidiu-se dar importância, no âmbito municipal, a política da assistência social. Dentre as várias razões dessa escolha, destaca-se a possibilidade de diálogo com uma política pública diretamente ligado ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo, a partir da percepção dos técnicos e gestores da realidade dessa política no município, eles se tornam interlocutores privilegiados para dialogar sobre a situação de pessoas que teriam, de alguma forma, passado por um processo migratório como imigrante, emigrante ou retornado.

O levantamento de campo foi realizado a partir da elaboração de um formulário semiestruturado para conhecer a percepção do responsável da área de assistência social do município sobre a migração internacional. Este instrumento de coleta de dados, além de identificar o município, possibilitou conhecer a posição do respondente na estrutura da política municipal de assistência social. As questões foram divididas em três blocos que trataram da imigração, emigração e o retorno. Em cada tópico foram colocadas

questões que buscavam conhecer a percepção do técnico sobre a realidade vivenciada pelos imigrantes, emigrantes e retornados. No último bloco além de questões que buscavam captar o retorno voluntário, foram incorporadas questões sobre a percepção da chegada no município de deportados, na maioria dos casos pelo governo americano, em período recente. O conjunto de questões foram divididos em dois blocos, um que tratava da migração em período anterior à pandemia (2015 a 2019) e, outro buscando espelhar um período mais recente (01/2020 a 10/2021). Para cada situação perguntou-se a percepção do respondente sobre o volume dos migrantes, os países de origem ou destino dependendo do tipo de movimento realizado e, se faziam uso dos serviços de assistência social oferecidos pelo município. O formulário foi disponibilizado em uma plataforma Google para acesso por celular ou por computador.

Resultados

Dos 853 municípios do estado de Minas Gerais, 488 responderam ao formulário, 57,2% do total. No entanto, ao se considerar os municípios com pelo menos um imigrante residente, 631, esse percentual passa para 77,3% e no caso dos municípios com emigrantes em 2010, 681, o percentual seria de 71,6%.

No grupo dos municípios que responderam à pesquisa, 33,8% apontaram a presença de imigrantes, 64,3% registraram a ocorrência da emigração e 65,2% indicaram a presença de retornados. Em relação a migração, os venezuelanos compõem o maior grupo mencionado pelos respondentes e, nos municípios onde residem, são considerados em 66,3% dos casos como o grupo mais importante. O segundo grupo de imigrantes é composto pelos haitianos, seguido dos bolivianos e sírios. Outras nacionalidades foram também mencionadas, argentinos e portugueses. Em termos de volume de imigrantes, em 48,5% dos municípios o número de imigrantes ficava entre 1 a 10 pessoas.

Ao se referir aos emigrantes, a percepção dos técnicos sobre esse fluxo, como seria de se esperar em se tratando do estado de Minas, era mais ampla do que no caso dos imigrantes.

Quando se trata de país de destino, a emigração para os Estados Unidos da América tem maior destaque, seguido da indicação de Portugal. Ao tratar esse tema, dois períodos de tempo foram definidos, a emigração que aconteceu após 2015 até 2019, e o período mais recente, que compreende o momento da pandemia de Covid-19, janeiro de 2020 a outubro de 2021. No primeiro período considerado, em 90,0% dos casos foi relatado que o número de emigrantes ficava abaixo de 200 pessoas. Quanto ao destino, em 90,3% foi mencionada a migração para os Estados Unidos da América e Portugal foi lembrado em 83,6% das respostas. Ao tratar do momento mais recente, a resposta sobre a percepção da emigração foi constatada em 37,9% dos municípios que participaram da pesquisa. Em termos de países de destino, os Estados Unidos e Portugal continuavam os mais mencionados. No entanto, em termos de volume de emigrantes, em 70,9% dos casos foi indicado que o número de pessoas que saíram dos municípios não ultrapassava 50 pessoas.

Ao se considerar o retorno dos emigrantes, também foram indicados dois momentos, 2015 a 2019, e 01/2020 a 10/2021. No primeiro período, as indicações apresentadas pelos respondentes mostram que em 87,4% dos municípios o volume de retornados ficava abaixo de 50 pessoas. Em 70,9% dos municípios em que os informantes podiam identificar o país de origem dos retornados, foi indicado os Estados Unidos, seguido por Portugal. No período mais recente o retorno foi reportado em 23,9% dos municípios, sendo que o volume, em 92,3% dos casos, ficou entre 50 a 100 pessoas. Ao se tratar dos países de origem dos retornados fica em destaque os Estados Unidos, seguidos de

Portugal e Espanha.

Ainda se referindo ao grupo que retornou em período recente, foi perguntado se nesse grupo haveria pessoas que voltaram de forma compulsória como deportado; em 40,9% dos municípios que haviam recebido retornados nesse período, foi identificada a presença de pessoas nessa situação. Em termos do total dos municípios que responderam à pesquisa (488), as cidades indicando a presença de deportados representam 5,1% do total. Em 49,9% dos casos, o volume de indivíduos nessa situação ficou no intervalo de 1 a 5 pessoas.

Referências

FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria Consolação. Migração e crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. REMUH v.21 nº 41. 2013